

INSTITUIÇÕES E TRADIÇÕES CULTURAIS DE PORTUGAL EM ROMA

A Igreja de Santo António dos Portugueses, em Roma, merece o seu nome popular de Santo Antoninho: primeiro porque é efectivamente pequena e graciosa; segundo porque esta designação deriva de outra igreja homónima, anterior. Ela, de facto, transmite-nos *in situ* a tradição de uma igreja erigida em 1118 pelo papa Gelasio II, e já dedicada a um Santo António, mas provavelmente o Abade.

De modo que, quando nos seus oito anos de residência romana Dom António Martins Chaves, feito cardeal por Eugénio IV, teve que deplorar a falta de uma Igreja nacional dos portugueses, à semelhança da que já então ilíricos e flamengos, loreneses e abissínios, para não dizer franceses e ingleses e alemães, possuíam na Urbe a igrejita do Campo Marcio, então abandonada e esquecida, aparece-lhe, como nunca, desejável e oportuna. E com razão: ainda hoje a localidade conserva um carácter de acolhedora intimidade que não se desmente, nem mesmo no meio das mais modernas reconstruções vizinhas.

O Cardeal, depois, comprou a igrejinha para fazer dela um centro nacional português: e igreja e casa assumiram até hoje o seu nostálgico ofício com graça singular. Quem entrar no átrio do Instituto, decorado de azulejos e sugestivo de recordações nacionais, sofrerá o encantamento das coisas pequenas e simples.

Verdade seja que em Roma os portugueses, em fins de 1863, tinham já no bairro Monti um recolhimento, fundado por uma piedosa senhora—D. Guiomar de Lisboa—, para conforto e descanso dos peregrinos que vinham ganhar as indulgências das basílicas romanas e paravam a contemplar os sepúlcros apostólicos, no caminho da Terra Santa. Mas, como esta instituição,

com o decorrer dos decénios, resultava insuficiente, pouco depois da fundação da Igreja Nacional, por obra do Cardeal Chaves, um outro cardeal português, Dom Jorge da Costa, obtinha em 1486, do Papa Inocêncio VIII os locais vizinhos à mesma igreja, para, depois de renovar e alargar a antiga instituição hospitalar, colocar tudo sob o patronato do embaixador de Portugal, ajudado por dois «governadores» e cinco «conselheiros» nacionais.

Assim, a igreja e o recolhimento — depois Instituto — de Santo António começaram a desempenhar, juntos, a missão de núcleos de reunião de portugueses na Urbe, missão que exerceram durante cinco séculos e ainda hoje exercem. De facto, não é, pode dizer-se, um acontecimento português de interesse nacional que não tenha tido celebração e comemoração entre as suas paredes hospitalares.

O benemérito fundador António Martins Chaves, morreu em Roma em Julho de 1447 e foi sepultado na nave direita da basílica de São João em Laterano, de quem tinha sido arcepreste e a quem destinou parte do seu património.

O Cardeal da Costa, mais conhecido como Cardeal de Lisboa, que morreu em 19 de Setembro de 1508, mais que centenário, foi deposto no monumento que «dum se mortalem animo volvit, vivens sibi posuit» em S.^{ta} Maria do Povo, onde várias inscrições recordam as suas acções beneméritas para com a Igreja e, em particular, para com a Capela de S.^{ta} Catarina e Mosteiro anexo.

A Igreja de Santo António, recebeu, no decorrer da sua história, umas 22 visitas papais, a última das quais por Pio IX, poucos dias antes do seu definitivo retiro dentro dos muros do Vaticano, em 1870. Mas ocorre recordar que a sua função de centro nacional português fôra interrompida pelas ocupações francesas de Roma, em fins de Setecentos, quando a própria Igreja foi vendida em hasta pública. Compraram-na, para depois reentregá-la aos antigos possuidores, dois modestos habitantes do bairro, Fedele de Santi ou de Sanctis e Tommaso Ercolano, aos quais a Rainha Maria mandou dar medalhas de ouro com o retrato do Príncipe herdeiro e com a legenda «ob templum Sancti Antonii de Urbe servatum» e um diploma de pessoa de família da Côrte portuguesa, com todos os privilégios anexos.

Sabe-se que o *Setecentos* lusitano, em Roma, foi particularmente pomposo em *carruagens* nas comitivas dos Embaixadores. Mais importante, por outro lado, que estas frivolidades de ostentação, de que nos poderemos ocupar noutro momento, é a

participação dos enviados portugueses nas formas mesmo oficiais, da cultura do tempo.

Assim, eruditos como desde o princípio se manifestavam, em Roma, eclesiásticos e diplomatas portugueses, não podiam, com efeito, deixar de tomar parte nas manifestações literárias da Academia literária da Arcádia, naquele tempo em pleno florescimento.

Encontramos, de facto, entre os Arcades eleitos em Setembro de 1721, o Cardeal Dom Nuño da Cunha sob o nome de Basilide, e o Cardeal Dom José Pereira de Lacerda sob o de Retimo Sidente. Ao primeiro, o P. Anton Francesco de Felici ao apresentar o diploma de pastor, dirigia-se-lhe assim: «O lusitani decus admirabile coeli — o purpureae gloria summa togae»; enquanto ao segundo o Conde Francesco Maria della Volpe da Imola asseverava: «Te bene tractantem iam Tibridis unda — inter purpureos dogmata sacra patres-grandia te stupuit Latio sermone loquentem — tantus honor linguae tantus in ore vigor...». É justo acrescentar que, além dos seus méritos oratórios, de facto reais, o Cardeal Lacerda possuía os de piedade e caridade, não menos apreciáveis. Quando, por ocasião do ano jubilar 1725, faltou no hospício nacional espaço para abrigar os peregrinos, o Cardeal — que dava cotidiano exemplo de devoção visitando as basílicas a pé, com um modesto hábito, pequeno acompanhamento, e com o rosário na mão — fêz construir perto do seu palácio na Rua da Lungara, uma sucursal hospitalar na qual prestava, êle próprio, humildes serviços.

Voltando à Arcádia, observamos que o Rei Dom João V contribuiu, pessoalmente, pouco tempo depois, com quatro mil escudos, para a sua nova instalação no Gianicolo, num parque que se chamou «Bosco Parrasio» — de modo que os arcades retribuíram a sua gentileza, celebrando em sua honra, «Jogos Olímpicos» — para os quais foi convidado o Embaixador Conde de Galveias, que, de resto, ocupava na Urbe uma posição mundana proeminentíssima. Do facto ficou memória na lápide comemorativa, inaugurada em 1744: «Joanni V — Lusitaniae regi — pio felici invito — quod parrhasii memoriae — stabilitati — munificentissime — prospexerit». Tanto mais que o Rei lusitano, além de protector augusto, foi também «pastore albano» efectivo; e as cerimónias de 1744 tornaram-se, no ano 1751 data do falecimento do Rei, comemoração do facto com grande concurso de personalidades romanas.

Ao tempo do Rei Dom João V pertence o eruditíssimo Cardeal franciscano, frei José Maria da Fonseca de Évora, embai-

xador junto do Papa Clemente XII, restaurador do Convento de Aracoeli — e fundador da sua biblioteca —, do qual restam também recordações no Convento de Palazzolo, no Lago de Albano, que foi durante um tempo propriedade portuguesa. Ao reatar uma das várias relações entre Portugal e a Santa Sé, os Arcades fizeram uma reunião na Sala da Loba, em Campidoglio, «ob restitutam concordiam» como diz a inscrição, de 1770, feita expressamente, e que ainda hoje é legível.

Ainda no Bosco Parrasio, na última noite de Agosto de 1791, os Arcades fizeram uma reunião pública em honra dos novos membros, Dom Alessandro de Sousa Holstein (o restaurador da Academia) e a condessa de Sanfré sua esposa, com recitação de sonetos adequados. Foi uma *saiidade* leve e delicada de usos e de tempos destinados a não voltarem mais. Ao melhor Setecentos romano pertence ainda a Capela do Cardeal Almeida.

E pode acrescentar-se que no século XVIII partiu de Roma para Lisboa, quasi completa, a Capela que foi construída, segundo o desenho de Vanvitelli, por artifices romanos e que hoje se pode admirar na Igreja de São Roque de Lisboa. Nem é para se esquecer o pequeno acontecimento de arte e de mundanismo que foi a visita da Sociedade e do mundo diplomático romano ao estúdio de Pompeo Batoni, em 1781, para admirarem aí, o grande corpo de altar, mandado construir pela Rainha Maria e destinado à Basílica do Sagrado Coração de Lisboa, representando a glória do Sagrado Coração, que entre a Igreja e a Caridade, ilumina, com as suas irradiações, as quatro partes do mundo, nas quais Portugal tinha tomado parte importante como descobridor, navegador e colonizador.

Dom João V tinha, a seu tempo, protegido, particularmente, estudantes portugueses em Roma, com a instituição de uma «Academia» ou residência no Palácio Cimarra em Panisperna. Mas, quando em 1760 Portugal interrompe as relações com a Santa Sé, esta Academia foi fechada, e já em 1776 não restava dela senão os vestígios de um braço Real no palácio e o nome de Academia de Portugal, com que o edificio era ainda habitualmente designado pelos circunstantes.

Quando porém, na renovação das relações, o novo Ministro de Portugal, Dom Alessandro de Sousa Holstein, assumiu o seu cargo, ocupou-se em colocar convenientemente o Padre David Perez, proposto para a vigilância e direcção dos alunos da Casa Pia do Castello (que o intendente geral mandava a Roma a aprender as belas artes), e também os mesmos alunos, restaurando a Academia sob os auspícios da própria Rainha, e

nomeando seu director Giovanni Gherardo Rossi. Assim a Academia voltava para o bairro Monti, para a casa dos nobres irmãos Amadei, em frente ao mosteiro de São Lourenço.

Compunha-se de dois andares nobres, um terraço, que custaram vinte e cinco escudos, de aluguer, por mês. A estes, em 1800, a Academia juntou um «fienile» nas Termas então ocupadas pelos frades Certosini romanos; não obstante a invasão francesa de 1798, que abalou um pouco a sua tranquillidade. De facto, em 1794 fôra confiada à Academia, pelo Intendente da Polícia de Lisboa, a execução de um rico monumento de mármore à Rainha Dona Maria. Apenas terminado, em 1798, foi resgatado por Rossi aos franceses, por 650 escudos, valendo contudo 16.000. No final da República, o encarregado de negócios portugueses Álvares da Cunha tinha feito encaixotar todo o mobiliário da Academia, incluindo o monumento, prevendo a necessidade de o enviar para Lisboa. Ao contrário, tudo se acalmou, e a Academia torna a viver e a trabalhar abrigando e aperfeiçoando nas várias artes um considerabilíssimo número de pensionistas, que mandavam, regularmente, para Portugal os produtos da sua actividade. Muitas obras ilustrativas de história portuguesa se devem, precisamente, à coincidência destas estadias em Roma, sob as directivas dos mais insignes mestres do tempo, com a tendência da mesma época para a produção do grande quadro histórico.

Também frequentes vezes, a pedido, a Academia de S. Luca se ocupou dos bolseiros portugueses, para emitir pareceres ou sugerir directivas. Esta Academia teve também um decano português na pessoa de Dom José de Sequeiras, que, nascendo em Lisboa em 1768, morreu em Roma em 1837; e, primeiramente sepultado em San Lorenzo, foi depois trasladado para Sant'Antonio em 1850.

Não obstante a existência das referidas instituições portuguesas em Roma, a representação cultural de Portugal não se podia considerar completamente adequada à de outras nacionalidades, pois que no fim do século passado faltava ainda, em Roma, um Colégio português para a formação dos eclesiásticos; se bem que já ao tempo do Papa Pio IX se tivesse oferecido, mais que oportunidade disso, necessidade.

Finalmente, na primavera de 1898 por iniciativa e pelos esforços do Cav. António Braz, reunia-se um grupo de personalidades portuguesas e italianas, leigas e eclesiásticas, junto dos quais o Visconde e a Viscondessa de Pesqueira se empe-

nhavam em oferecer as bases financeiras da desejada instituição.

Esta começou de facto a funcionar em 1899-1900 na séde do Palácio Senni (monumento nacional italiano) adquirido pela Santa Sé, para tal fim, na rua do Banco de S. Spirito. E hoje o Colégio português está em plena eficiência moral e material entre as outras instituições afins.

Podemos juntar, para concluir estas notícias sôbre o ciclo cultural português em Roma, que hoje está em plena actividade no Instituto de filologia românica da R. Universidade de Roma, uma cadeira de língua e literatura portuguesa, tanto mais lógica e oportuna instituição quanto se recorde que a primeira edição do famoso manuscrito vaticano do cancioneiro português, foi dada precisamente pela Universidade de Roma por obra de Ernesto Monaci, em 1875.

AMY A. BERNARDY